

INTERDISCIPLINARIDADE E QUESTÃO SOCIAL: NOVO PARADIGMA NO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA AMAZONIA

Andreia Santos Cavalcante¹
Milane Lima Reis²
Suzete Araujo de Lira³

Area temática: O Serviço e o desenvolvimento

RESUMO

Este estudo reflete as indagações a respeito das desigualdades vivenciadas na Amazônia, numa discussão crítico- dialética de leitura da realidade. A partir de referências de alguns autores apresenta-se como imperativo para o debate acadêmico e como subsídio para a prática profissional do Serviço Social nos dias atuais, face às exigências de interlocução dos saberes frente à mediação do trabalho interdisciplinar na práxis profissional. Discute a Desigualdade Social na Amazônia, contribuindo para o debate sobre o trabalho do Assistente Social, embasado na busca de uma prática interdisciplinar; defende a reforma de pensamento a partir do (re)aprendizado quanto a religação e da incerteza no enfrentamento da questão socioambiental na Amazônia:

Palavras chaves: Interdisciplinaridade. Serviço Social. Questão Social.

Abstract

This study reflects the questions about the inequalities experienced in the Amazon, in a discussion of critical-dialectical reading of reality. From references of some authors is presented as an imperative for academic debate and as an aid for the professional practice of social work today, given the demands of dialogue before the mediation of knowledge of interdisciplinary work in professional practice. Discusses Social Inequality in the Amazon, contributing to the debate on the work of Social Work, based in pursuit of an interdisciplinary practice, and advocates the reform of thought from the (re) learning how to reconnect and uncertainty in dealing with social and environmental issue in Amazon:

Keywords: Interdisciplinarity, Social Service. Social Issues

¹ Assistente Social. Doutoranda em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Professora do Centro Universitário UniNilton Lins.

² Assistente Social, Especialista em Gerontologia Social, Mestranda em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Professora do Centro Universitário do Norte. (Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Amazonas-FAPEAM); E-mail: milanereis@hotmail.com

³ Assistente Social, Especialista em Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental, Mestranda em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM (Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Amazonas-FAPEAM),

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende contribuir para o debate atual sobre a interdisciplinaridade no Serviço Social, tomando como referência o paradigma de um novo olhar capaz de religar as diversas áreas envolvidas no trato da questão social na Amazônia.

Falar sobre interdisciplinaridade é um desafio, pois não podemos deixar de evidenciar que é uma questão central do trabalho profissional contemporâneo, o que é urgente no campo das Ciências Humanas, ou seja, abrir o conhecimento específico que trata cada área do saber para o diálogo interdisciplinar, numa busca de excelência transdisciplinar.

Na atualidade, os profissionais terão uma demanda cada vez maior no campo das ciências especializadas, como é o caso do assistente social que possui uma bagagem teórica e metodológica apta a realizar pontes de reflexão com as demais áreas, sobre seu objeto de trabalho, a partir dos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais.

O tema da interdisciplinaridade vem sendo debatido na literatura recente do Serviço Social brasileiro, tendo em vista que o desenvolvimento de seu trabalho na divisão sócio técnica do trabalho, que determinou sua gênese de forma gradativa no mercado, enquanto estratégia hegemônica entre capital e Estado. Neste aspecto, a profissão vem conquistando espaços, sistematizando técnicas e saberes, mostrando sua eficácia e se legitimando como profissão através de técnicas de intervenção de forma multidisciplinar, numa busca de trabalho interdisciplinar.

As especificidades da Região apresentam desafios complexos e demandas particulares ao exercício profissional, representando um campo aberto de possibilidades para a práxis profissional. Para tanto, o profissional deve estar munido de arsenal teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político para desvelar alternativas para o seu enfrentamento no cotidiano do seu trabalho. Neste sentido, a questão social na Amazônia desafia o Serviço Social a apreender a dinâmica da realidade e suas contradições, exigindo compromisso ético e leitura crítica do contexto numa perspectiva dialética de articulação da realidade global e local.

Pode-se inferir que este caráter contraditório de realidades sobrepostas refere-se ao descompasso presente entre as políticas desenvolvimentistas direcionadas a região e as demandas da população local. Projetos mirabolantes são elaborados e encaminhados a Região sem, no entanto, considerar as particularidades locais e também não priorizando as reais necessidades das populações nativas (indígenas, brancos e negros), com formações socioculturais diversificadas.

Neste sentido, com o propósito de colaborar na produção de novos conhecimentos e produzir subsídios qualificados para as discussões sobre as desigualdades sociais e a questão do “trabalho” do assistente social na Amazônia, este artigo levanta algumas propostas de intervenção para o profissional de Serviço Social, as quais não se encerram aqui, mas buscam propiciar a legitimação e ampliação da atuação desse profissional na busca de uma atitude interdisciplinar.

Diante do exposto este artigo tem o objetivo de analisar de forma crítico-dialética, o caráter interventivo do Assistente Social no trato da questão socioambiental na Amazônia, partindo do princípio de que o trabalho profissional do Serviço Social embasado na busca de uma prática concreta interdisciplinar; defende a reforma de pensamento a partir do da religação e da incerteza no aprendizado e enfrentamento da questão socioambiental na Amazônia. Neste sentido, entende-se que os desafios postos ao profissional constituem-se em oportunidades para uma mudança de paradigma na profissão.

2. A “Questão Social” na Amazônia: desafio ético-político para o trabalho do Assistente Social

Socialmente podemos afirmar que não há empenho visível em revelar a trama das relações que produzem e reproduzem as desigualdades sociais. Sendo o Serviço Social um trabalho especializado que se materializa sob a forma de serviços e produtos, interfere na reprodução

material da força de trabalho e no processo de reprodução político e ideológico dos indivíduos sociais. Conforme fundamenta Iamamoto (2005, p.22), o Serviço Social é uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade.

Por atuar na dinâmica societária o objeto de trabalho do Serviço Social é a questão social, caracterizada pelas múltiplas expressões das desigualdades sociais que perpassam a sociedade. Sendo assim, intervêm no campo dos direitos sociais, na área de família, idoso, criança e adolescente, gênero, do trabalho e do não-trabalho, da saúde, da educação, das questões ambientais, entre outras formas de violação do exercício da cidadania, na perspectiva de ampliação de direitos (CAVALCANTE; REIS & GOMES, 2010).

O problema da pobreza e da exclusão social como resultantes da questão social, requer uma reflexão sobre o precário sistema de proteção social público no país, particularmente sobre as Políticas Públicas, num Estado que defende os mínimos sociais em prol das necessidades básicas, conforme prescrito na LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social – 1993).

Segundo Scherer(2009, p. 142), a distância entre ricos e pobres é abissal na realidade do Amazonas, posto que em 2000, o IDHM de Manaus era de 0,774, que se apresenta de forma espacialmente diferenciada:

No bairro de São José na zona leste, especialmente em Nova Vitória, onde concentra famílias pobres que vivem sem nenhuma infra-estrutura urbana e bens de consumo coletivo, o IDHM é de 0,660 quase próximo aos municípios de Pauini, Itamarati, Guajara, e Ipuxuna no Estado do Amazonas, considerados os municípios mais pobres do Brasil. Em contraste encontra-se o Bairro Vieiralves, com o IDHM de 0,941, quase equivalente em termos de Desenvolvimento Urbano dos países ricos da Europa ocidental(ATLAS MUNICIPAL, 2006).

E os dados estatísticos do IBGE(2000) revelam que existem algumas famílias “sobrevivendo” com a importância de R\$ 75,00 mensais, isto é, são 101 famílias que vivem “abaixo da linha da pobreza”. (In SCHERER, 2009, p. 159).

Portanto, enfrentar esses desdobramentos das desigualdades sociais significa trabalhar com políticas públicas que visem à justiça social, a partir do papel do Estado, a fim de que não ocorra apenas a “gestão da pobreza”, mas principalmente que se materialize a elaboração, implementação e execução de programas sociais(municipal e Federal), comprometidos com as especificidades da região amazônica e não apenas uma tentativa de resolver as desigualdades sociais com políticas compensatórias.

Conforme o IPEA, 60 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza (80 reais por mês) e dentre estes 24 milhões vivem abaixo da linha de indigência, isto é, com 40 reais por mês. Portanto, a pobreza é considerada um fenômeno multidimensional, onde, a inclusão muitas vezes se faz pela exclusão, pela não participação e pelo mínimo usufruto da riqueza socialmente construída.

Pobreza, exclusão e subalternidade são produtos dessas relações, nas quais se visualiza a ausência de atores que lutem por uma nova ordem societária, onde não ocorra a dominação e a exploração de uma classe sobre a outra. Sociedade esta que vem produzindo e reproduzindo a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, colocando as pessoas pobres como párias sociais, numa pluralidade de desigualdades, injustiças e opressões.

Como alternativa de resolução dos problemas sociais, grande parte dos brasileiros se tornam alvo de ações solidárias e filantrópicas, através de ONGs, as quais geralmente foram organizadas sem a devida participação e responsabilidade do Estado e do capital. Porém, esta mesma sociedade que cria condições para resolver a questão social, também revela uma realidade de desigualdades,

expressas na pobreza, na exclusão e na subalternidade, e que são seqüelas do processo de acumulação do capital transnacional, da desestabilização da economia estatal, com suas restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora, principalmente no âmbito do acesso ao direito.

O embate que trava o assistente social na construção de um projeto ético-político na direção de um projeto societário é um grande desafio, pois tem que trabalhar com os limites e principalmente com as possibilidades frente à reprodução ampliada das contradições sociais, pois não há rupturas no cotidiano sem resistência, sem o compromisso de construir e reinventar mediações capazes de articular a vida social das classes subalternas de forma a integrar as partes com o todo.

Iamamoto (2004, p. 272) sustenta que um dos maiores desafios impostos ao profissional de Serviço Social na atualidade concentra-se na necessidade deste profissional apreender as particularidades dos processos de trabalho, decifrá-los em suas distintas feições, adquiridas em várias circunstâncias, dentro de seus limites e possibilidades para o exercício profissional. Para a autora,

As situações singulares vivenciadas pelos indivíduos são portadoras de dimensões universais e particulares das expressões da questão social, condensadas na história de vida de cada um deles. O conhecimento das condições de vida dos sujeitos permite ao assistente social dispor de um conjunto de informações que, iluminada por uma perspectiva teórica crítica, possibilitam apreender e revelar as novas faces e os novos meandros da questão social.

Ao analisar a prática do assistente social, é necessário considerar as bases teórico-metodológicas, técnicas e ético-política, que norteiam as habilidades deste profissional, bem como as condições de luta nos espaços ocupacionais com as normas e regras institucionais. Destaca-se que, esta prática ocorre no bojo das relações sociais, as quais se modificam historicamente, conforme a correlação de forças dentro de cada sociedade.

Aos profissionais de Serviço Social compete conquistar seu espaço, desvelando a realidade na qual está imersa a matéria-prima de seu trabalho, pautando-se numa leitura crítica do cotidiano, de modo a propor ações promotoras da emancipação social dos sujeitos. Como afirma Morin (1997): “*repensar a reforma, reformar o pensamento*”⁴, ou seja, romper com a teoria cartesiana, construir um novo espírito científico, entender que o *todo* está ligado no contexto planetário e sua complexidade.

Para tanto, se inscreve como de fundamental importância no trabalho profissional de excelência, a busca em decifrar as particularidades da questão social, numa visão de totalidade, sem perder as nuances da vida dos sujeitos sociais. Para isto, o Código de Ética do Serviço Social prevê que o Assistente Social deve trabalhar e incentivar práticas Interdisciplinares. Para Morin(1997): “conhecer é sempre poder rejeitar uma informação ao seu contexto e ao conjunto ao qual pertence”.

Portanto, a interdisciplinaridade, significa uma busca em superar a disciplinaridade e se aproximar mais adequadamente de uma realidade complexa. Por isso, há uma necessidade do Serviço Social trabalhar com parâmetros interdisciplinares em sua práxis profissional como destacaremos no tópico a seguir.

⁴ MORIN(2001): [...] que compreenda que o conhecimento das partes depende do conhecimento do *todo*[...]A reforma do pensamento é uma necessidade histórica fundamental. Hoje somos vítimas de dois tipos de pensamento fechado: primeiro, o pensamento fracionário da tecnociência, que corta, como fatias de salame, o complexo tecido real; segundo, o pensamento cada vez mais fechado, voltado para etnia ou nação, que recorta, como um puzzle, o tecido da Terra Pátria. Precisamos estar intelectualmente rearmados, começar a pensar a complexidade, enfrentar os desafios da agonia/nascimento de nosso entre-dois-milênios e tentar pensar os problemas da humanidade na era planetária. Esta reforma é vital para os cidadãos no novo milênio.

3. A Interdisciplinaridade no Serviço Social: novo paradigma para a efetivação dos direitos humanos na Amazônia.

Na atualidade a interdisciplinaridade se apresenta como uma questão central do trabalho profissional do assistente social, tendo em vista que a *questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas* entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que vivem do trabalho assalariado, ou seja, numa relação de projetos distintos para a condução das políticas econômicas e sociais, frente ao Estado Neoliberal.

Segundo Klein (2005), o termo interdisciplinaridade aparece registrado publicamente, pela primeira vez, no início do sec. XX, nos movimentos de reforma curricular nas universidades norte-americanas e nos relatórios do Social Science Research Council – agência americana de fomento à pesquisa da área de ciências sociais (LEIS, 2011, 107)

E passou a ser entendida como uma condição fundamental no Ensino e na Pesquisa, porém, ainda existe nas áreas do conhecimento, uma visão comum de que a interdisciplinaridade seria apenas um processo de ‘resolução de problemas’, que por serem complexos, não poderiam ser trabalhados numa única disciplina. No caso do Serviço Social tal concepção é extremamente prejudicial, ocorrendo uma visão de que a interdisciplinaridade seria a solução para “resolver todos os casos sociais”.

Sendo o Serviço Social uma área que trabalha em caráter interventivo junto às relações sociais, o que demanda em si uma contradição, deve buscar uma visão ampla, dos fenômenos, embasado numa leitura dialética de realidade. Por isso, quando o profissional trabalha numa perspectiva **Multidisciplinaridade ou Pluridisciplinar**, seu objeto de estudo torna-se fragmentado e não ocorre uma integração entre as várias disciplinas (psicologia, direito, pedagogia, etc), uma vez que os profissionais centralizam seus conhecimentos específicos no estudo de determinado assunto, podendo, no máximo, resultar em certa organicidade de apresentação dos resultados ou de suas contribuições.

Vale ressaltar que a tentativa de definir o que é a interdisciplinaridade não é fácil e que não existe um conceito fechado sobre a mesma e qualquer preocupação teórica-metodológica que venha estabelecer um único conceito da mesma, deixaria de ser uma postura interdisciplinar. Para Jantsch e Bianchetti (2002), “deve-se discordar de qualquer tendência que pretenda teorizar de forma homogeneizadora os estudos interdisciplinares”. (In LEIS, 2011, 112)

Os conceitos e definições sobre a interdisciplinaridade são vários, porém, “reside na capacidade de integrar modos de pensar de várias disciplinas para produzir um avanço ou salto do conhecimento a um patamar que seria impossível de ascender por meios disciplinares”. (LEIS, 2011). Ainda podendo ser definida como um ponto de cruzamento entre atividades disciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares, com lógicas e histórias diferentes. (PATRICK, 2011, p. 256)

Na área de ciências humanas pode haver uma confusão entre os conceitos de Multi e interdisciplinaridade, devido a sua dimensão empírica de leitura da realidade. No Serviço Social a multidisciplinaridade, geralmente, é muito vivenciada, devido à demanda das Instituições por esta modalidade de atendimento, fato que implica superposição dos conhecimentos de diversas áreas, mas não podemos negar que ela representa um passo em relação ao trabalho interdisciplinar, mas nunca na direção de uma alternativa capaz de oportunizar a inter-relação ou troca entre os profissionais, que possa trazer respostas para decifrar a ‘questão social’ a partir de uma ‘consciência humanitária’, que se funde na integração entre a vida, a conduta e o conhecimento neste campo do trabalho.

Os estudos interdisciplinares, portanto, nunca serão equivalentes aos multidisciplinares, pois estes tratam de análises especializadas e fragmentadas, com visões marcadas pela lógica racional e instrumental, apenas buscando uma superposição de conhecimentos, na maioria das vezes, com síntese totalizadora e unitária dos fenômenos sociais.

Ressalta-se que para (NICOLESCU, 1998), “a disciplinaridade, multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, são as quatro flechas de um mesmo arco, o arco do conhecimento”. (In PATRICK, 2011, p.256). Sendo o desafio profissional separar, distinguir, mas também interagir, reunir, trocar, percebendo toda diversidade da questão social, sem fragmentá-la, buscando religar os saberes, numa atitude paradoxal, pois poderá envolver incertezas em sua práxis, mas visando a possibilidade de unificar as fronteiras que impedem de existir as pontes entre, através ou além das áreas diferenciadas e das pessoas que são sujeitos nesta realidade de fenômenos complexos.

Isto pressupõe para Paul (2008), uma “mudança de paradigma que opera por etapas e, mais precisamente, uma mudança de lógica e não de um novo conhecimento que refuta o antigo.(In PATRICK, 2011, p.257). É necessário, portanto, o rompimento dos bolsões ideológicos que existem dentro das atuais propostas político-pedagógicas disciplinares.

A interdisciplinaridade não só permite a troca de saberes, mas amplia a parceria e a mediação dos conhecimentos ao possibilitar a prática profissional, a construção de um diálogo entre as ciências humanas e também com outras ciências, ao estabelecer espaços que favoreçam proximidades entre as ciências de forma dialética buscando uma mudança social de paradigmas⁵ pré-estabelecidos culturalmente.

A transdisciplinaridade significa a possibilidade de avançar na busca interdisciplinar, posto que, coloca como prioridade a relação teórico-prático, promove a troca de informações e de conhecimentos entre disciplinas ao transferir métodos de uma disciplina para outra, sem que estas possam perder sua essência. Estes princípios têm sustentação na teoria da complexidade⁶ de Edgar Morin(2000), especialmente ao priorizar como necessário ao educador a determinação de um pensamento conectante, capaz de resistir às tendências de uma racionalidade fragmentada, que requer não só a “reforma do pensamento”, ou seja, as disciplinas precisam reassumir os sujeitos sociais em sua integralidade; não eliminar de seu pensamento, de sua episteme, a alma, conteúdo, as emoções, o sofrimento; não eliminar o vivente.

Portanto, a ligação efetiva entre as ciências da natureza e as ciências do homem se faz necessária, pois a questão não está em superar as fronteiras que existem entre as disciplinas, mas em transformar o que gera as fronteiras. A relação entre pensamento complexo e transdisciplinaridade está na proposta de religar o que está partido, desconectado, permitindo a religação do todo com a parte.

O paradigma é o da complexidade prevê que não há um princípio unitário para todo conhecimento, até porque isto provocaria um movimento de simplificação, eliminando a diversidade e as incertezas da realidade. A visão transdisciplinar articulada à teoria da complexidade é uma proposta na medida em que ultrapassa o campo das ciências exatas, como das ciências humanas, mas também com a arte, a literatura, a poesia e a experiência interior ao recusar toda atitude que se negue ao dialogo de qualquer ordem ideológica, científica, religiosa, econômica, política, filosófica.

Na verdade a divisão sócio-técnica do trabalho trouxe inúmeras vantagens para a evolução da ciência e tecnologias, através das especializações, porém desencadeou também processos de confinamento, separando as disciplinas, fragmentando o conhecimento, ao dissociar os problemas, em vez de reunir e integrar, reduzindo o saber complexo ao simples, desconsiderando que a aptidão pra contextualizar e integrar é uma qualidade fundamental da mente humana. (Morin, 2009)

⁵ PAUL PATRICK (2011, p.257) “O novo paradigma desenvolve uma nova organização e uma nova hermenêutica das relações. Ele se concebe como processo epistemológico e metodológico de resolução de dados múltiplos, eventualmente contraditórios complexos ou paradoxais, situando as ligações no interior de um sistema total, global e hierarquizado”.

⁶ Ver no dicionário que significa: “complexidade – estado, característica do que é complexo”; e “complexo – que contém, reúne, muitos elementos diferentes”.

O autor ainda destaca que além de valorizar os sujeitos, há necessidade de estimular uma consciência política e participativa pautada em princípios de legitimidade representativa, ou seja, a partir de sua visão de mundo, respeitando a diversidade de cada sujeito, de forma que se torne um protagonista social da sua própria realidade.

A complexidade da questão social com a qual os profissionais lidam cotidianamente demanda diálogo, cooperação e até mesmo divergências nas lutas por Políticas Públicas e constituem possibilidades de alianças com outras áreas do conhecimento na realização de trabalho em equipe com (Advogado, Psicólogo, Médico, Pedagogo, dentre outros), a partir de uma visão mais ampla no que se refere à efetivação do acesso ao direito, como cidadania e não apenas como uma Lei quanto a execução aos serviços prestados.

Toda esta realidade contemporânea da “questão social” vem ampliar as demandas de trabalho do assistente social, exigindo a intervenção de uma equipe interdisciplinar de forma a subsidiar e oferecer respostas as várias faces e manifestações das desigualdades sociais na Amazônia, bem como as propostas de políticas públicas viáveis para o desenvolvimento sustentável das sociedades que correspondam com as dimensões socioambientais, culturais, econômicas, políticas e éticas da realidade de cada região, respeitando suas particularidades, necessidades e que permitam a integridade dos processos naturais, mudanças qualitativas nos modos de vida de cada indivíduo.

Assim, noção de Direitos Humanos só tem vigência, em escala planetária, a partir das experiências locais enquanto política planejada de aproveitamento dos recursos naturais, como estratégias no trato das desigualdades sociais na Amazônia, posto que do contrário, os direitos de cidadania dessas populações transforma-se apenas em um sonho inatingível frente à diversidade cultural, às situações políticas, bem como a aplicabilidade de novas tecnologias.

Segundo Boaventura(1997, p. 170), a distancia dos cidadãos em relação a justiça é tanto maior quanto mais baixo é o estrato social a que pertencem e que essa distância tem como causas próximas não apenas fatores econômicos, mas também fatores sociais e culturais.

A modernização capitalista chega, portanto, ao espaço regional afetando todas as esferas da vida social amazonense. Manaus deixou para trás a cidade porto de lenha e seu velho passado extrativista. E na atual realidade convive com as contradições da nova ordem capitalista que engendra um caos urbano em que a riqueza e a pobreza justapõem-se numa estranha mistura. (SCHERE, 2004)

Assim, o debate sobre Direitos Humanos *x* acesso à justiça na Amazônia é tido como desafiador, pois necessita pautar-se numa dimensão ética de sociedade, evidenciando suas imensas particularidades e diversidades culturais, territoriais, políticas, econômicas e social. É premente se ter clareza sobre qual Amazônia se fala? Aquela dos trópicos úmidos, das mais variadas etnias, de um rico universo sociocultural, com terras abundantes para os migrantes pobres, mas que favorece o massacre daqueles que não tem terra, da vida subumanas dos garimpos, de salários miseráveis, de trabalho escravo, cujo governo é paternalista.

Direitos Humanos na Amazônia remete a noção de contradição geoespacial, considerando que sua realidade é contraditória, incluindo-se sua riqueza natural, e também a contra face de um lado perverso, com problemáticas antiéticas que coexistem desde sua colonização e que proliferam as formas mais severas de exploração tanto do território amazônico quanto da mão de obra barata e feminina que durante todo processo produtivo no Pólo Industrial de Manaus é redefinido de acordo com o interesse das transnacionais em diferentes períodos históricos.

Portanto, “a característica fundamental da sociedade brasileira é seu profundo dualismo”: a moderna sociedade industrial e por outro lado, encontra-se uma sociedade primitiva, vivendo em nível de subsistência, no mundo rural, ou em condições de miserável marginalidade urbana,

ostentando padrões de pobreza e ignorância, que caracteriza-se pela maior discrepância existente no mundo entre os indicadores econômicos e os indicadores sociais⁷.

Neste âmbito, cabe ao profissional de Serviço Social atuar na viabilização do acesso da população a bens e serviços públicos, buscando a garantia, legitimação e ampliação dos direitos de cidadania. Além desse desafio, sua contribuição situa-se na formação, mobilização e participação da sociedade na elaboração, gestão, no processo de tomada de decisão e na avaliação das políticas sociais, exercendo a cidadania e o alcance de uma sociedade mais justa e igualitária.

Quanto ao acesso à justiça, o Assistente Social intervém junto aos aspectos sociais, culturais e econômicos, estabelecendo um diálogo entre a efetivação da natureza jurídico-política e o conteúdo desses direitos, a partir da demanda imposta pela trama das relações sociais, bem como no significado dos direitos ao assegurar uma heterogeneidade de interesses e necessidades da população em geral. A partir dessa perspectiva, o profissional deve buscar assegurar os direitos dos atores sociais envolvidos, no sentido de identificar a necessidade de acesso aos serviços e benefícios sociais legitimados constitucionalmente, viabilizando os recursos no atendimento e na defesa de seus direitos, conforme norteia o Código de Ética da Profissão.

Neste sentido, dentre as exigências do mercado de trabalho cabe a este profissional ter o compromisso de buscar estratégias que venham atender as novas formas de gestão da força de trabalho dentro de mercado flexível. Isto se inscreve como um dos desafios atrelados a capacidade de articular sua bagagem teórico-metodológica acumulada com o seu arsenal técnico-operativo e ético-político, em função das particularidades de seu objeto de trabalho na Amazônia.

Portanto, o exercício profissional deve acompanhar a dinâmica das inter-relações entre o Estado, Mercado e a Sociedade Civil, fazendo-se necessário que o assistente social assuma em seu cotidiano uma prática pedagógica e ressocializadora, atendendo os *stakeholders* de acordo com as necessidades de (re)produção da vida social.

O Serviço Social na Amazônia tem sua especificidade a partir da dinâmica local no que tange a dinamizar a ampliação de conhecimentos sobre a questão social na Amazônia, que cada vez mais assume um espaço no cenário mundial e local. Parece ser algo novo mais que já está inserido na realidade amazônica e que traz ao profissional uma cultura transdisciplinar para buscar alternativas na elaboração de propostas implementadas por meio de programas e projetos, a partir de contribuições que incluam o desenvolvimento de ações socioeducativas voltadas à organização e participação na gestão comunitária e representativa.

Assim, mediante a participação coletiva dos sujeitos envolvidos nesse processo, o profissional pode valorizar e arregimentar forças sociais para a elaboração de estratégias que propiciem a superação da exclusão social e da ausência e/ou precarização do acesso a bens e serviços sociais da população local.

Nesta perspectiva, o assistente social pode potencializar o diálogo, a cooperação e a consolidação de um compromisso ético com as populações empobrecidas, que vivem isoladas, esquecidas na zona urbana e rural da Amazônia. Acredita-se que é a partir da consideração de sua particularidade e do respeito a suas diversas formas de saber e cultura é que se devem construir mecanismos que viabilizem a alteração desse quadro dualista que perpassa o cotidiano da população.

Diante desses aspectos determinantes condicionados pela expropriação e exploração entre as classes sócias, a Amazônia apresenta-se como espaço privilegiado para a efetivação do acesso à justiça. Exige-se, portanto, um profissional versado no conhecimento do objeto de seu trabalho, sem perder de vista a interconexão entre o local e o global, problematizando os aspectos da questão social, de forma a construir instrumentos que propiciem a superação da dívida social histórica que se propaga ao longo de décadas.

⁷ Ver reflexões de NOVAL, Benaion. A Subordinação reiterada: imperialismo e subdesenvolvimento no Brasil. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2006.

A dinâmica societária impõe ao assistente social a (re) construção do seu objeto de trabalho, a partir da reflexão sobre a sua prática e na sua prática identificando os limites, porém potencializando as possibilidades, elencando a necessária intervenção comprometida com a justiça social de forma criativa e real.

Neste sentido, cabe aos profissionais de Serviço Social conquistar seu espaço neste complexo campo de trabalho, a partir do desvelamento da realidade na qual está imersa a matéria-prima de seu trabalho, pautando-se numa leitura crítica do cotidiano que permeia o seu trabalho, de modo a propor ações promotoras da emancipação social dos sujeitos. Como afirma Morin (1997): “*repensar a reforma, reformar o pensamento*”⁸, ou seja, romper com a teoria cartesiana, construir um novo espírito científico, entender que o *todo* está ligado no contexto planetário e sua complexidade.

Netto (1999) contribuindo nesse debate levanta a necessidade do assistente social mobilizar a participação, a emancipação e o empoderamento dos sujeitos, priorizando sua autonomia, liberdade e plena expansão dos seus direitos. Norteado por esses princípios, o profissional deve valorizar o protagonismo dos sujeitos, possibilitando-lhes uma interpretação crítica da realidade vivenciada, fortalecendo-os no exercício de sua cidadania e (re) construção de sua história.

O autor ainda destaca que além de valorizar os sujeitos, há necessidade de estimular uma consciência política e participativa pautada em princípios de legitimidade representativa, ou seja, a partir de sua visão de mundo, respeitando a diversidade de cada sujeito, de forma que se torne um protagonista social da sua própria realidade. A ideologia impregnada ao modo econômico capitalista impõe uma postura individualizada não permitindo a este sujeito lutar pelos seus interesses coletivos, o que é mais um desafio a prática profissional do assistente social agora interligado a um conjunto de profissionais, através da transdisciplinaridade, que possam encontrar mecanismos que viabilizem este protagonismo social junto às metamorfoses do sistema produtivo local e global.

Com base nestes aspectos, destacam-se algumas das contribuições engendradas na área ambiental pelo assistente social: Elaborar, coordenar, executar, implementar e avaliar projetos no âmbito da questão ambiental; Encaminhar providências e prestar orientação social ao segmento populacional vinculado à projetos ambientais e etc. Orientar o usuário no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos (CAVALCANTE; REIS & GOMES, 2010).

Nesse bojo, ainda situa-se as atividades de Planejar benefícios e serviços, organizar e coordenar trabalhos com equipes trans e interdisciplinares⁹ de trabalhos voltados ao trato da problemática ambiental; Coordenar eventos, palestras, fóruns de debates, oficinas sobre temas relacionados ao meio ambiente dentre outros; Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área ambiental; Favorecer a participação em ações de melhoria do ambiente das comunidades que propiciem mudanças de hábitos em nível individual e coletivo, a qual requer outra estrutura de pensamento (paradigma)¹⁰.

⁸ MORIN (2001): [...] que compreenda que o conhecimento das partes depende do conhecimento do *todo*[...] A reforma do pensamento é uma necessidade histórica fundamental. Hoje somos vítimas de dois tipos de pensamento fechado: primeiro, o pensamento fracionário da tecnociência, que corta, como fatias de salame, o complexo tecido real; segundo, o pensamento cada vez mais fechado, voltado para etnia ou nação, que recorta, como um puzzle, o tecido da Terra Pátria. Precisamos estar intelectualmente rearmados, começar a pensar a complexidade, enfrentar os desafios da agonia/nascimento de nosso entre-dois-milênios e tentar pensar os problemas da humanidade na era planetária. Esta reforma é vital para os cidadãos no novo milênio.

⁹ MORIN (1997): A interdisciplinaridade, como sendo a construção de um pensamento complexo, busca superar a disciplinaridade e se aproximar mais adequadamente de uma realidade complexa. “conhecer é sempre poder rejeitar uma informação ao seu contexto e ao conjunto ao qual pertence”.

¹⁰ MORIN(1997), esse novo paradigma “tem a propriedade de reunir o que estava separado”, é um pensamento que pode conceber o sistema e a organização; é o principio dialógico, que “para compreendermos alguns fenômenos

É uma mudança de atitude nossa com nós mesmos, em uma nova visão de mundo; nossa com os outros e o ambiente que nos envolve, não somente em uma ação solidária, mais principalmente uma ação sólida que possa internalizar a ação cultural e política. Todos esses fatores são complementares a nossa luta política, como seres sociais que somos pela conquista de um novo modelo de sociedade que preze a relação de equilíbrio com o meio ambiente e com a sustentabilidade, que passa obrigatoriamente pela justiça social, ou seja, é a construção de uma nova sociedade ambientalmente sustentável.

Este tipo de intervenção faz deste profissional um educador ambiental, capaz de promover a participação nos diversos campos e realidades, estando o Assistente Social a serviço da construção de uma promoção e bem-estar social, como facilitador de mecanismos que propiciem o encontro de alternativas para se pensar a relação homem \times natureza, visualizando e conscientizando o homem como parte integrante da Natureza.

Portanto, a questão principal que desencadeiam as expressões da questão social é a má distribuição de renda e a concentração de riquezas, numa luta por uma sociedade ética que reconheça a importância do respeito com a diversidade e especificidade da questão ambiental, bem como o compromisso com a interdisciplinaridade, que por sua vez implica uma necessária inter-relação entre a justiça social e o equilíbrio socioambiental.

Considerações Finais:

As especificidades da Região apresentam desafios complexos e demandas particulares ao exercício profissional, representando um campo aberto de possibilidades para a práxis profissional. Neste sentido, a questão social na Amazônia desafia o Serviço Social a apreender a dinâmica da realidade e suas contradições, exigindo compromisso ético e leitura crítica do contexto numa perspectiva dialética de articulação da realidade global e local.

A ideologia impregnada ao modo econômico capitalista impõe uma postura individualizada não permitindo a este sujeito lutar pelos seus interesses coletivos, o que é mais um desafio a prática profissional do assistente social agora interligado a um conjunto de profissionais, através da interdisciplinaridade, que possam encontrar mecanismos que viabilizem este protagonismo social junto às metamorfoses do sistema produtivo local e global.

É necessário, que os profissionais desempenhem intervenções de forma interdisciplinar, pois “há inadequação, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre as disciplinas, e, realidades ou problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais.” (Morin, 2009, 13)

Como afirma Morin (2009, p. 14), existe complexidade de fato, quando os componentes que constituem um todo (econômico, político, sociológico, psicológico, afetivo, mitológico)...ora os desenvolvimentos próprios de nosso século e de nossa era planetária nos confrontam, com os desafios da complexidade.

Infelizmente os profissionais, às vezes, fragmentam, fracionam os problemas, unidimensionalizando as possibilidades de compreensão e de reflexão, ou seja, quanto mais os fenômenos são multidimensionais, caso da questão social, mas aumenta a incapacidade de se pensar em alternativas capazes de perceber o complexo planetário das relações sociais.

Para concluir, podemos dizer que as propostas de práticas interdisciplinares não podem ser concebidas e analisadas sem a devida consideração a estas estruturas históricas e Institucionais extremamente complexas, que possuem uma dinâmica própria e que tendem a resistir aos processos

de mudança técnica, social e política, além de primar algumas vezes por estruturas de trabalho hierarquizadas, padronizadas e a postura interdisciplinar na profissão é uma proposta de mudança de paradigma, uma conquista para visualizar o objeto de trabalho.

Desta forma, é necessário que o profissional além de deter um conhecimento de seu campo de saber, esteja comprometido com o Projeto Ético-Político da profissão e que busque estar pautado pela opção da defesa intransigente dos direitos humanos vinculado a um projeto societário transformador em favor das classes menos favorecidas.

Não se pretendeu, aqui, esgotar essa discussão, mas se espera contribuir para o debate e para o encontro de propostas que conduzam à busca de alternativas que possam solucionar e/ou amenizar os problemas mais graves enfrentados pelas disparidades sociais, econômicas e culturais de nosso país. Enfim, o assistente social encontra na Interdisciplinaridade inúmeras oportunidades de intervenção, as quais serão fortalecidas pelo compromisso ético-político no exercício e promoção da cidadania numa realidade repleta de desigualdades sociais.

Referências

CAVALCANTE, A. S; REIS, Milane; GOMES, Joselene. *Serviço Social e Questão Socioambiental na Amazônia*. In: Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS. Crise do Capital e Produção do Conhecimento na Realidade Brasileira: pesquisa para quê, para quem e como? Rio de Janeiro, CD Room, 2010.

CHUAIRI, Silva Helena. *Assistência Jurídica e Serviço Social: reflexões interdisciplinares*. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 67, São Paulo, Cortez, 2001.

FALEIROS, V. DE P. **Fome, pobreza e exclusão social: desafios para o governo e a sociedade**. Ser Social 13:Revista do Programa de Pós Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Vol.1, n.1(1 semestre). Brasília: UNB, 2003.

FREITAS, Marcílio(org.). **Nuanças da sustentabilidade: visões fantásticas da Amazônia**. In. Marilena Corrêa da Silva Freitas, Louis Marmoz (col.). **A Ilusão da Sustentabilidade**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura. Ed. da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

IANNI, Octavio. **A Questão Social**. São Paulo em Perspectiva, v.5, n. 1, 1991.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

IAMAMOTO, M. Villela. *Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sócio jurídica*. In: MIONE, A.S; MAURILIO, C.M; e FAZENDA, Ivani C. Arantes. *Dicionário em construção: Interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez, 2002.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução Célia Neves e Alderico Toríbio, 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEIS, Hector Ricardo. (2011). **Especificidades e desafios da interdisciplinaridade nas ciências humanas**. In: PHILIPPI, Arlindo Jr. SILVA, Antonio Neto. **Interdisciplinaridade em Ciências, Tecnologia & Inovação**. Barueri: Ed. Manole, capítulo 3, p.107-122.

MARTINELLI, Maria Lúcia; ON, Maria L. Rodrigues; CHAIL, Salma Tannus. *O Uno e o Múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. 3. ed, São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do Campo**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

MORIN, E(1997). **Complexidade e Ética da Solidariedade**. In CASTRO,G. de; CARVALHO, E de A.; M.C. de(Coord.). **Ensaio de Complexidade**. Sulina, Porto alegre, 15-24.

- MORIN, E. (1997). Complexidade e Ética da Solidariedade. In CASTRO, G. de; CARVALHO E. de A.; ALMEIDA, M. C. de (Coord.). Ensaio de Complexidade. Sulina, Porto Alegre, 15-24
- _____. **Saberes Globais e Saberes Locais.** (2000) Organização e Tradução Paulo Yone Strab, Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda, p.53.
- _____. **Cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reforma o pensamento. In JACOBINA Eloá 4ª. ed. Rio de Janeiro Bertrand-Brasil, 2001.
- MARQUES, Mário Osório. (2008). **Escrever é preciso: O Princípio da Pesquisa.** Petrópolis-RJ: Ed Vozes.
- NETTO, Jose Paulo. **Ditadura e Serviço Social.** São Paulo, Cortez, 1991.
- PEREIRA, Potyara A. P.(2001). **As vicissitudes da pesquisa e da teoria social no campo da política social.** IN: Revista ser social nº 9, Julho a dezembro de 2001. UNB, Brasília, p. 77-93.
- PATRICK, Paul.(2011) **Pensamento Complexo e interdisciplinaridade: abertura para a mudança de paradigma?** In: PHILIPPI. Arlindo Jr. SILVA, Antonio Neto. Interdisciplinaridade em Ciências, Tecnologia & Inovação. Barueri: Ed. Manole, capítulo 7, p.232-259.
- SCHERER, Elenise. **Vulnerabilidade social na cidade de Manaus:** o avesso do progresso. In: SCHERER, Elenise. (org). **Questão Social na Amazônia.** Manaus: Edua, 2009.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 3 ed. São Paulo, Cortez, 2000.
- SPOSATI. A. **Pobreza e desigualdade no século do desperdício.** In: DEBATES SOCIAIS. Inclusão Social: enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais (32. Conferências Internacional de Bem-Estar Social). Rio de Janeiro: CBCISS, 2006. (n.65/66. Ano XLI)